

“Observador”, 22 Maio 2021

Os Romanos estão de volta a São Pedro do Sul

Vasco Rosa

Uma campanha arqueológica e uma intervenção arquitectónica, um exigente “work in progress” que o fotógrafo José Pedro Cortes registou e o editor Nuno Miguel Borges acompanhou a par e passo.

\*\*\*\*\*

Título: As Termas Romanas de São Pedro do Sul: João Mendes Ribeiro e João Gomes da Silva

Textos: Marcelo Mendes Pinto, Jorge de Alarcão

Fotografias: José Pedro Cortes

Páginas: 168, ilustradas

Preço: 30€

Mais chegadas a Vouzela do que a São Pedro do Sul, que lhe deram o nome, estas termas de águas sulfurosas e quentes à beira sul do rio Vouga, também conhecidas pelos antigos como Caldas de Lafões, são uma surpreendente herança da presença romana no nosso território – e como “um dos edifícios termais mais bem conservados da Península Ibérica” (p. 8), de “importância ímpar no contexto da romanização da Lusitânia” (p. 18), mereceram ser classificadas monumento nacional em Março de 1938, uma década antes de terem sido encerradas ao público. Seenta anos depois (durante os quais serviram de cafetaria e até de decrépito armazém de barcos de recreio), e após um longo arrastar de pés públicos que veio desde 2004, foram objecto em 2017-19 duma campanha arqueológica e duma intervenção arquitectónica, um exigente *work in progress* que o fotógrafo José Pedro Cortes registou e o editor Nuno Miguel Borges acompanhou a par e passo na perspectiva firme da produção deste livro, com entrevistas-balanço aos principais protagonistas já na fase final dos trabalhos, um método que usou em projectos anteriores (Renovação Praça do Toural

em Guimarães, 2012; Terminal portuário de Lisboa, 2017) e é, afinal, a sua imagem de marca como editor de livros de arquitectura.

Recupera-se assim uma boa tradição – tantas vezes esquecida em obras públicas – de mostrar e contar “como foi feito”, e como tudo isso levou a pensar o ofício e a prática “em obra”, mas investe-se também no esforço numa edição bilingue, essencial para colocar na cena internacional o trabalho e o pensamento de arquitectos portugueses, para mais numa área de intervenção tão exclusiva e estimulante como esta. Este aspecto é, aliás, confirmado por João Gomes da Silva, quando assinala o júbilo de colegas italianos pela intervenção contemporânea de arquitectos portugueses em musealização de espaços arqueológicos restaurados (p. 60).

Esta é a terceira campanha arqueológica desenvolvida no edifício termal e seu entorno, depois do achado fortuito de colunas romanas em 1947. A primeira, dirigida por João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000) e Fernando Russel Cortez (1913-94), decorreu de 1954 a 1957, pondo a descoberto uma grande piscina exterior – *natatio* – e elementos de função discutível. Tiveram de passar quase três décadas até que Helena Frade (1957-2014), José Beleza Moreira (1942-) e a sua equipa retomassem esses trabalhos, ainda que em marcha lenta, mas apresentando de seguida (1992-93) um ensaio de 30 páginas a um congresso internacional sobre termalismo antigo e culto da água realizado em Madrid e um livro, publicado pelo município local, *A Arquitectura das Termas Romanas de São Pedro do Sul*.

Entre 1985 e 2005, por picagem integral dos rebocos ou descasque de argamassas ficou à vista – “em muito melhor estado do que se poderia supor” (Alarcão, p.22) – um edifício termal romano de planta rectangular, “grande fortaleza estrutural” (paredes em “alvernaria de pedra muito espessa”; pp. 10, 32) e alguma envergadura (paredes até 6 m, 280 m<sup>2</sup> de área), todavia construído sobre um outro, integralmente demolido durante o reinado de Trajano. Foi nessa campanha que se chegou à evidência duma piscina interior com 1,2 m de fundo, 7,4 x 5,4 m de área líquida e cinco degraus de acesso em cada topo, lendariamente conhecida como Piscina de D. Afonso Henriques, que após o cerco de Badajoz em 1169 ali comprovadamente se restabeleceu, despachando “inúmeros documentos em Alafoens” (Pinto, p. 12) e mandado “construir uma gafaria na outra margem do rio, e alojamentos para ele e para os pobres que dos poderes das águas queriam usufruir” (p. 13). Uma igreja pré-

românica de finais do século IX deixou vestígios descobertos aquando da construção, em 1508, da actual Capela de São Martinho, a que a recente campanha somou alguns dos seus alicerces das paredes sul poente (p. 12).

Contudo, foi D. Manuel I, o Rei Venturoso, quem determinou “uma das intervenções mais marcantes na história do edifício”. A nascente, junto ao velho vestíbulo, foi erguido um hospital real dotado de couto com rendas próprias – o Couto da Vila do Banho, precisamente, gerido pela Casa da Cavalaria em Vouzela (as águas deixaram, portanto, de ser livres) –, que haveria de receber “beneficiações e reestruturações” no período filipino, e mais tarde, em 1684, foi ampliado em mais quatro amplas salas ou quartos. Antes disso, na sala da piscina termal propriamente dita, fora colocado um oratório consagrado a Nossa Senhora da Saúde, cujo culto aumentaria bastante em finais do século XVI e em 1684 ali ganhou capela própria, mantida ao culto até 1998.

O conjunto termal cresceu mais ainda, primeiro em 1584, quando foi construída a Casa da Câmara – que a rainha D. Amélia desenhou em 1895 (fig. p. 14) – entre a fachada nascente das termas e a capela e, depois, em 1638, a Casa do Corregedor, em linha perpendicular ao rio e virada a poente para o hospital real, que haveria de servir de apoio suplementar à pernoita de banhistas em épocas de maior afluência. Numa planta do “edifício do banho” datada de 1696, vem indicado o “camarote do Rei” (fig. p. 17). Na primeira metade do século XIX, 16 novas banheiras individuais foram instaladas por ampliação de estruturas existentes ou por criação de um anexo, mas seguiu-se um declínio tal que no ano 1884 – duas décadas depois – um novo balneário foi construído, estigmatizando as termas antigas, que desfavorecidos utilizariam ainda. A partir de 1931 as termas romanas foram usadas como escola primária e cantina de recurso, até que em 1954 estas ganharam instalações próprias na margem norte do rio. “O período mais crítico foi a década de 1980, quando este edifício entrou numa fase de grande degradação” (Pinto, p. 17), a que a grande cheia do Vouga em 1996 ainda fez estragos.

Jorge de Alarcão (1934-), com a sua enorme autoridade de estudioso do período romano, admite que as termas de São Pedro do Sul – que pela especificidade das suas águas tinham arquitectura diferente da normal em termas públicas romanas – são, ainda hoje, “um palimpsesto difícil de ler” (pp. 22), pela acumulação de demolições e reconstruções, amputações e acrescentos ao longo dos séculos, e

marca as suas “divergências de leitura ou interpretação” face às representações planimétricas estabelecidas por Frade e Moreira (p. 24). Admite que as termas integrassem um pequeno povoado, de topónimo romano todavia desconhecido. Por seu lado, Marcelo Mendes Pinto – principal protagonista da campanha arqueológica mais recente – prefere concluir que apenas futuras inquirições permitirão clarificar melhor a “ocupação da região de Lafões na Alta Idade Média, podendo ainda revelar dados inéditos quanto à transição do mundo romano para a época bárbara” (p. 18) e talvez quanto à influência da cultura – senão mesmo da ocupação – islâmica sobre as populações autóctones.

Arqueologia e arquitectura conversam animadamente na margem do Vouga: a consciência dum “projecto em aberto” (p. 40) e a síntese tradição-modernidade são um desafio para João Mendes Ribeiro, que foi assistente de Fernando Távora na Universidade de Coimbra, atento ao que a diacronia das preexistências lhe diz – “uma descoberta permanente” – e consciente de que “o projecto continua com a obra” (pp. 37, 38), numa filosofia de “restauro crítico”, e já não de “restauro científico” (p. 47), dominante no início do século passado. “O novo programa exige igualmente um tempo actual e não apenas a leitura do passado” (p. 36); exige, no fundo, “uma fusão dos dois tempos”, “uma linguagem contemporânea embora associada à história” (p. 41), com a uma muito clara ambição de “construir no tempo de hoje toda a história da arquitectura” (p. 46), e isso vai repercutir-se nos materiais e estruturas de substituição que visam repor o espírito do lugar, seja a presença da água nas banheiras e piscinas, o jogo de luz e sombra nos balneários cobertos ou a primitiva abóbada romana com tecnologia de hoje.

Na entrevista a Borges, o arquitecto paisagista João Gomes da Silva diz que repor água a circular através do sistema de canais e caleiras foi fundamental para a efectiva musealização do complexo termal restaurado. Melhor dito, “restituir tudo aquilo que conhecemos ao edifício mais aquilo que nos permite habitá-lo” (p. 63) surge como a única forma possível de vivificação dum tal “fóssil” já sem vida e os usos pretéritos, mas proporcionando aqui e agora aos seus visitantes “a experiência do que terão sido os diversos tempos desse mesmo lugar”. Particular cuidado foi dado à restituição e percepção da escala do período romano (p. 44). Filtros de distância visual foram criados de raiz – literalmente com cipestres, mas também com muros novos – para

esbater o impacto da presença de grandes volumes nos dois últimos séculos e “criar surpresa” na aproximação ao edifício termal (p. 65).

Seja como for, sobressai a consciência lúcida de que a intervenção actual é mais uma a somar à longa duração histórica, e por isso cautelas foram tomadas para que novas campanhas arqueológicas ou de reabilitação do espaço termal com outras valências possam ocorrer – como é previsível que ocorram – sem obstáculos dificilmente amovíveis, ou considerados como irreversíveis.

Sobretudo, “é muito mais importante ainda o que se segue, que é o modo como as pessoas se apropriam do espaço e também como o espaço em si tem a sua vida própria”, pois é “biologicamente vivo”; e “a arquitectura não se encerra nos arquitectos propriamente ditos; passa a certo momento para a vida da comunidade e da sociedade que serve” (pp. 70, 71).

As fotografias de José Pedro Cortes testemunham tanto o tristíssimo e caótico abandono inicial, como o estaleiro de obras em diferentes momentos, e desvenda um pouco do resultado final (uma perspectiva da outra margem do rio teria sido bem-vinda...), mas são de facto os variados alçados e cortes desenhados que melhor nos elucidam acerca do complexo termal na sua totalidade e dos circuitos interno e externo agora tornados acessíveis. Praticamente quase duas décadas depois, finalmente reabilitadas, as termas romanas de São Pedro do Sul bem merecem a nossa visita – e este bom livro.

